

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.837 RIO GRANDE DO SUL

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
RECTE.(S)	: BANCO BMG S/A
ADV.(A/S)	: GREICE PERES SCHWERNER
ADV.(A/S)	: ANDRÉ LUÍS SONNTAG
RECDO.(A/S)	: MARINA IVANY PALHANO PEREIRA
ADV.(A/S)	: ROSIARA QUARTIERI DA CÂMARA

DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO QUAL NÃO SE INFIRMAM OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA: INVIABILIDADE. SÚMULA N. 287 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.

Relatório

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, al. *a*, da Constituição da República contra o seguinte julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL. 1) CAPITALIZAÇÃO ANUAL DOS JUROS mantida, ausente recurso da parte interessada, com enfrentamento da Medida Provisória nº 2.170-36/2001 e Emenda Constitucional nº 32 de 12-09-2001, art. 2º. 2) COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. Possível cobrança de comissão de permanência no período da inadimplência, quando pactuada, não cumulada com correção monetária e juros remuneratórios, sendo o limite máximo a taxa média de mercado apurada pelo BACEN, observado o contrato, nos termos da Súmula n. 294 do STJ. 3) CORREÇÃO

ARE 917837 / RS

MONETÁRIA PELO IGPM a incidir no caso de inadimplência, desde que não cumulada com a comissão de permanência. 4) PREQUESTIONAMENTO afastado. APELO PARCIALMENTE PROVIDO”.

2. No recurso extraordinário, o Agravante alega contrariado o art. 62 da Constituição da República.

3. O recurso extraordinário foi inadmitido sob os fundamentos de incidência das Súmulas ns. 279 e 454 do Supremo Tribunal Federal e de ausência de ofensa constitucional direta.

4. O Agravante sustenta que “o 3º Vice-Presidente do TJRS (...) simplesmente ignorou a fundamentação trazida pelo Recorrente, negando seguimento ao recurso, aduzindo falta de prequestionamento aos dispositivos constitucionais violados” e que “o dispositivo constitucional que fundamenta o recurso denegado – 62 da CF – foi explicitamente citado nas manifestações do Agravante”.

Examinados os elementos havidos no processo, **DECIDO**.

5. No art. 544 do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n. 12.322/2010, estabeleceu-se que o agravo contra inadmissão de recurso extraordinário processa-se nos autos do recurso, ou seja, sem a necessidade de formação de instrumento, sendo este o caso.

Analisam-se, portanto, os argumentos postos no agravo, de cuja decisão se terá, na sequência, se for o caso, exame do recurso extraordinário.

6. Razão jurídica não assiste ao Agravante.

7. O Agravante não impugnou qualquer dos fundamentos da decisão agravada (incidência das Súmulas ns. 279 e 454 deste Supremo

ARE 917837 / RS

Tribunal e ausência de ofensa direta à Constituição da República). Também não demonstrou, de forma específica e objetiva, porque esses pontos deveriam ser superados. Incide na espécie a Súmula n. 287 do Supremo Tribunal Federal:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. Nos termos da orientação firmada [neste Tribunal], cabe à parte agravante impugnar todos os fundamentos da decisão agravada, o que não ocorreu no caso. Agravo regimental a que se nega provimento” (ARE n. 765.870-AgR, Relator o Ministro Joaquim Barbosa, Plenário, DJe 21.3.2014).

“AGRAVO - OBJETO. Visando o agravo a fulminar a decisão que se ataca, as razões devem estar direcionadas de modo a infirmá-la. O silêncio em torno dos fundamentos consignados é de molde, por si só, a levar à manutenção do que assentado. Frente ao descompasso entre a decisão impugnada e as razões do agravo, este transparece como sendo meramente protelatório. AGRAVO - CARÁTER INFUNDADO - MULTA. Surgindo do exame do agravo a convicção sobre o caráter manifestamente infundado, impõe-se a aplicação da multa prevista no § 2º do artigo 557 do Código de Processo Civil” (AI n. 567.171-AgR, Relator o Ministro Marco Aurélio, Primeira Turma, DJ 27.10.2006).

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO (LEI Nº 12.322/2010) DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO APELO EXTREMO INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO QUE NÃO IMPUGNA AS RAZÕES DESSE ATO DECISÓRIO RECURSO IMPROVIDO. - Impõe-se, à parte recorrente, quando da interposição do agravo, a obrigação processual de impugnar todas as razões em que se assentou a decisão veiculadora do juízo negativo de admissibilidade do recurso extraordinário. Precedentes” (ARE n. 808.798-AgR, Relator o Ministro Celso de Mello, Segunda Turma, DJe 27.6.2014).

ARE 917837 / RS

Nada há a prover quanto às alegações do Agravante.

8. Pelo exposto, **nego seguimento a este agravo** (art. 544, § 4º, inc. I, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

Publique-se.

Brasília, 5 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Relatora